



A MEMÓRIA DOCENTE COMO FONTE: A CONDIÇÃO FEMININA NAS NARRATIVAS DE PROFESSORAS EM SANTA FÉ DO ARAGUAIA (TO)

TEACHING MEMORY AS A SOURCE: THE FEMININE CONDITION IN THE NARRATIVES OF TEACHERS IN SANTA FÉ DO ARAGUAIA (TO)

MAICON DOUGLAS HOLANDA

<https://orcid.org/0000-0001-8187-9018>

Doutorando em Ensino de História pela UNIFESSPA
maicondouglassholanda@gmail.com

RESUMO

Esta pesquisa tem como mote compreender a condição feminina no território do Antigo Norte de Goiás até a constituição do estado do Tocantins, bem como narrar as motivações da escolha profissional docente, através da realização de investigação biográficos-narrativas com três professoras aposentadas do município de Santa Fé do Araguaia, que iniciaram suas carreiras nas décadas de 1960, 1970 e 1980. Buscamos compreender os sentidos e os significados da profissão, de acordo com suas práticas, saberes e experiências narradas, para evidenciar suas identidades docentes, calcadas nos depoimentos orais. Quanto às questões teóricas-metodológicas, esta pesquisa insere-se em uma abordagem qualitativa, ancorada na História Oral e diálogos semiestruturados. Como resultados, identificamos os motivos da escolha da atuação docente presentes em suas memórias foram marcadas pelo processo de feminização docente, pelas dificuldades socioeconômicas de suas famílias, intensificadas também pela falta de políticas públicas nesta região interiorana do Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Vida de professoras; Memória; Norte de Goiás; Estado do Tocantins.

ABSTRACT

This research aims to understand the female condition in the territory of the former north of Goiás until the constitution of the state of Tocantins, as well as to narrate the motivations for choosing the teaching profession, through the realization of biographical-narrative investigation with three retired teachers from the municipality of Santa Fé do Araguaia, who began their careers in the 1960s, 1970s and 1980s. We seek to understand the senses and meanings of the profession, according to their practices, knowledge and experiences narrated, to highlight their teaching identities, based on oral testimonies. Regarding theoretical-methodological issues, this research is part of a qualitative approach, anchored in Oral History and semi-structured dialogues. As a result, we identified the reasons for choosing to work as a teacher, which were present in their memories, as they were marked by the process of feminization of teachers, by the socioeconomic difficulties of their families, also intensified by the lack of public policies in this inland region of Brazil.

Keywords: Life of teachers; Memory; North of Goiás; State of Tocantins.

Introdução



Tendo como referência autores como Judith Butler (1992) e Pierre Bourdieu (2003), que elucidam a importância e o avivamento das produções científicas acerca dos *Problemas de gênero*, e que tem como principal ênfase a construção de diálogos em torno das questões simbólicas da submissão paradoxal calcada nas discussões de gênero e dominação masculina, este artigo é um recorte do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado *(Des)caminhos da docência: reconstruindo as histórias de vida de professoras de Santa Fé do Araguaia - TO¹*, que visou reconstruir as trajetórias pessoais e profissionais com base nos relatos de experiências de vida de três professoras que aceitaram narrar seus percursos socioespaciais no período que circunscreve a época do antigo norte de Goiás ao atual estado do Tocantins², buscando compreender a atribuição de sentidos às identidades docentes por intermédio da percepção de uma condição feminina nessa região do Vale dos Rios Araguaia e Tocantins.

Falar sobre a cotidianidade docente com base nas relações de gênero se torna um grande desafio. A constituição desta pesquisa representa uma forma de visibilidade de vozes e de diálogos acerca da temática e da relação História da Educação e estudos de gênero. Isso decorre da reprodução e imaginário social de que o ser feminino são corpos passíveis, dóceis e frágeis escancaram o avivamento de uma cultura patriarcal hegemônica ainda pujante no tecido social e imaginário do brasileiro.

Além disso, essas práticas e costumes que inferiorizam a figura feminina sofrem ressignificações constantes capazes de tensionar diversos grupos e comunidades sociais. Neste ínterim, no tempo presente, o diálogo se torna a alternativa mais apropriada para que a discussão das ideias aconteça.

É consensual concebermos a ideia de que processo de desconstrução dessas estruturas se constitui de forma lenta e gradual. Não podemos mudar essa realidade repentinamente, da noite para o dia. O estabelecimento de diálogos e problematizações acerca dessas culturas de distinção daquilo que é humano se tornam fundamentais para mudarmos a realidade. O resgate das memórias individuais de mulheres, bem como as narrativas das vivências nos planos pessoais e profissionais muito tem a contribuir para a interlocução desses diálogos sobre o passado recente.

¹ A pesquisa foi construída entre agosto e dezembro de 2019, sendo orientada pela Profa. Dra. Martha Victor Vieira e defendida publicamente no dia 17 de dezembro de 2019 como requisito para conclusão do curso de História da Universidade Federal do Tocantins (UFT).

² O estado do Tocantins foi criado em 05 de outubro de 1988 por meio da Constituição Federal de 1988. A autonomia efetivou-se após a divisão da região conhecida como Antigo Norte de Goiás.



Posto isso e atento às condições das feminilidades no viés das narrativas docentes, pretendemos ouvir as trajetórias de vida de mulheres que a partir da década de 60, estiveram na linha de frente em prol de uma educação em uma localidade que se constituiu em meio à tantas dificuldades de acesso minimamente dignos, no que diz respeito às condições precárias da educação, das moradias, dos postos de trabalhos formais na comunidade, dentre tantas outras problemáticas cotidianas desses sujeitos.

Ainda existem poucos trabalhos consolidados e que são voltados aos estudos da historiografia desta região periférica do Brasil, mas quando recorremos aos atores inseridos nos limites deste território, encontramos uma riqueza de detalhes sobre a paisagem, os lugares e as histórias de vida destas pessoas. O que foi constatado é que a região foi desbravada por romeiros³, nos quais são tidos como os pioneiros do povoado São José. A região é formada por migrantes vindos de várias partes do Brasil, inclusive as interlocutoras desta pesquisa, vieram dos estados do Maranhão e Goiás. Espacializamos as histórias de vida de professoras viventes em Santa Fé do Araguaia, município ao norte do estado do Tocantins.

Sobre as suas perspectivas acerca da localidade na qual se instalaram, elas consideram que na época, Santa Fé do Araguaia era uma “terra atrasada”, “pacata” e localizada no “fim do mundo”. Não obstante, inferimos que esse discurso esteja enviesado pela lógica do isolamento geográfico desta região, levando em consideração a distância entre os grandes centros urbanos do Brasil, como os localizados nas regiões Sudeste e Sul do País.

As interlocutoras possuem um vínculo muito acentuado com o campo. Todas elas são oriundas de pequenas cidades do interior do Brasil, como Riachão (MA), Babaçulândia (GO) e Iporá (GO). Levando em consideração esse aspecto em suas histórias de vida, bem como o contexto brasileiro nos anos 80, Fernando Novais e Lilia Schwarcz (1998) ao retratar, de maneira mais geral, como era o Brasil na contemporaneidade. Segundo estes historiadores:

a esmagadora maioria da população que ainda vivia no campo em 1980, cerca de 40 milhões de pessoas, continuava mergulhada na pobreza absoluta [...] não terão acesso nem à luz elétrica, nem ao abastecimento de água, nem à fossa séptica ou à rede de esgoto, nem aos padrões modernos de consumo. A escola continua quase tão inacessível quanto antigamente, quase tão precária quanto era. (Novais; Schwarcz, 1998, p. 619)

³ Religiosos que realizavam penitências e procissões, geralmente realizavam viagens para outros municípios a fim de cumprir as promessas que fez aos santos da Igreja Católica Romana.



Atento a questão das práticas migratórias nesse período vivido pelas professoras, que se deslocaram para a região do Antigo Norte de Goiás, Novais e Schwarcz (1998, p. 619-620) pontuam que entre os anos de 1960 e 1980, a pobreza é “exportada para a cidade”, pois acredita-se que aproximadamente 31 milhões de pessoas migraram nessas décadas para as zonas urbanas brasileiras, que foi capaz de gerar uma massificação de diversas profissões, mas que dispunha de salários baixos aos trabalhadores comuns.

Dentre os milhões de trabalhadores que migraram em busca de uma vida melhor nesse período da história do tempo presente no Brasil, as interlocutoras desta pesquisa potencialmente fazem parte dessas estatísticas do êxodo. Assim sendo, por meio do desencadeamento desta pesquisa, pretendo elucidar o lugar de fala de mulheres, devemos considerar que elas podem contribuir sobremaneira para a reconstrução de perspectivas em torno do Brasil a partir da segunda metade do século XX, época no qual todas as entrevistadas nasceram e construíram suas experiências de vidas.

Sob esse aspecto, a pesquisa também se preocupa em evidenciar a questão identitária no que diz respeito à condição feminina nesta territorialidade do Brasil, fazendo jus ao levantamento de problemáticas acerca dos “papéis” impostas como “normativas” que constantemente são naturalizados e legitimados através dos símbolos e práticas de dominação designados a este gênero no seio da sociedade brasileira. É sobre esses “papéis” invisibilizados pelo senso comum e que são reproduzidos na sociedade que pretendemos evidenciar as dinâmicas socioculturais e as temporalidades percorridas pelos sujeitos históricos.

Direitos Humanos e a luta pela igualdade de gênero: breve trajetória e os impasses no tempo presente

Diante da questão proposta, observa-se uma pujante e dinâmica presença desses imaginários sociais acerca do que é feminino. Evidentemente, ao longo de todo o século XX e no decorrer do XXI, a emancipação das mulheres foram estabelecidas por meio de um contrato social desigual, percepção histórica que foi constatada em diversas partes do mundo.

Essas lutas em prol da igualdade de gênero permitiram a garantia e consolidação de vários direitos humanos jamais vistos pelas mulheres. A título de exemplos sobre essas

conquistas no Brasil, cabe destacar o direito ao voto⁴ – garantia que é considerada precursora das demais conquistas emancipatórias femininas –, observada a partir da Constituição de 1932 e que foi emanada através de incessantes movimentos sufragistas ocorridos no decorrer do século XIX.

O direito de acesso à educação básica, garantido a partir de 1827; e o direito à formação superior, a partir de 1879, também podem ser considerados importantes para a inserção das mulheres à vários espaços e sociabilidade até então considerados “inapropriados” pelo simples fato desses sujeitos pertencerem ao sexo feminino.

Os anos 1960 no Brasil foram considerados períodos importantes para a emancipação feminina, como o levantamento de debates em torno do direito ao controle da natalidade⁵, uma vez que até então era pujante a visão de “papel” dessas mulheres nos interesses reprodutivos. A partir da chamada revolução sexual ocorrida nessa década dos “anos dourados”, as mulheres passaram a ter um maior controle sobre as questões que envolvem a maternidade, haja visto que esse foi e ainda é um estereótipo constante no que tange o imaginário social, que relacionam as mulheres à passividade e a docilização.

Ainda sobre as trajetórias da emancipação feminina, cabe mencionar a conferência das liberdades civis garantidas a partir de 1960, como a questão do Estatuto da Mulher Casada (1962) e a Lei do Divórcio (1977). Segundo Pinheiro (2019), o estabelecimento dessas reparações aos direitos civis foi significativo, primeiro porque o Estatuto da Mulher Casada “retirou a obrigatoriedade de autorização do marido para trabalhar, concedeu direito a herança, de requerimento da guarda dos filhos e estendeu às mulheres o poder familiar, antes restrito aos homens” (Pinheiro, 2019, *online*). Essa legislação propiciou, segundo a autora, a representação da equidade entre os gêneros, provocando um abalo no cerne do imaginário e das práticas de reprodução dominante na estrutura familiar hegemônica. Já a Lei do Divórcio de 1977 “conferiu liberdade e autonomia para as mulheres interromperem casamentos infelizes” (Pinheiro, 2019, *online*).

Gravitando em torno da relação com a família e com as histórias da vida privada no Brasil, Novais e Schwarcz (1998) afirmam que a partir dos anos 80, alguns imaginários sociais

⁴ Bertha Maria Júlia Lutz, nascida em 1894 e falecida em 1976, é considerada uma das principais articuladoras do movimento sufragista feminino no País durante o governo ditatorial de Getúlio Dornelles Vargas.

⁵ Segundo Pinheiro, as obras feministas *O segundo sexo* (1953), de autoria de Simone de Beauvoir, e *A Mística Feminina* (1963), escrito por Betty Friedan, fomentaram e ampliaram os debates em torno dos direitos civis, políticos e sociais das mulheres viventes a partir desta década.

a respeito do matrimônio foram sendo superados. Contudo, essas questões intensificaram-se com maior propriedade a partir da última década do século XX. Nas palavras dos autores,

[...] desaparecem quase por completo os aspectos sagrados do casamento, que passa a ser resultado, sobretudo de um acordo de vontades, de um contrato entre livres e iguais. Essa transformação tem, por certo, um potencial libertador: o direito da mulher à igualdade, a valorização do prazer sexual integrado a sentimentos, a busca de autenticidade entre parceiros, a construção da vida comum pelo diálogo afetivo. (Novais; Schwarcz, 1998, p. 652)

Mesmo com essas percepções acerca da vida privada entre homens e mulheres nessa temporalidade, Novais e Schwarcz (1998, p. 652) ressaltam que essa “revalorização do casamento ou das uniões estáveis se fundou predominantemente num comportamento adaptativo, guiado pelo medo do sofrimento e pela aversão ao risco”.

Debruçado neste panorama acerca dos direitos das mulheres garantidos ao longo da história, o *direito a não violência doméstica* tornou-se uma temática fundante e muito debatida no tempo presente. Esses diálogos decorrem de longas tramitações legislativas, principalmente no decorrer da década de 80, com a instauração do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) em 1985, medida que serviu como uma ampliação dessas discussões em demasiados setores da sociedade civil, e que giraram em torno do escancaramento dos altos índices de violência contra a mulher em todo o Brasil.

A Lei da Maria da Penha⁶ é um exemplo nítido de implementação de política pública voltada à reparação dessas práticas que, em suma, violam direta e indiretamente os direitos à vida e a cidadania dessas mulheres brasileiras. Desse modo, a referida Lei “foi um importante marco por dar respaldo às mulheres para denunciar agressores. Ela não aborda apenas violência física, mas também psicológica, sexual e patrimonial” (Pinheiro, 2019, *online*).

A Lei do Feminicídio, sancionada em 2015 pela Presidenta da República, Dilma Vana Rousseff, é uma das últimas conquistas que foi garantida às mulheres nos últimos anos no Brasil. A Lei assegura, dentre outras coisas, o caráter hediondo aos crimes de assassinato cometidos a mulheres no País, propiciando, ao que Pinheiro (2019, *online*) denomina, uma certa “visibilidade à violência sistemática a que as mulheres estão sujeitas”.

Contudo, apesar de significativas contribuições aos direitos humanos dessas mulheres conquistadas ao longo desses anos, é importante destacar as permanências da violência

⁶ Implementada em 2005, a Lei é considerada o marco para a erradicação e/ou a minimização da violência doméstica no Brasil. “O nome é uma homenagem à farmacêutica brasileira que ficou paraplégica após sofrer agressões do marido por anos” (Pinheiro, 2019, *online*).



simbólica que ainda são bastantes evidentes, pois esses preceitos estão inseridos numa estrutura hegemônica de relações de poder que incide, sobretudo, aos corpos femininos. Atento a essa observância, decidimos sistematizar essa pesquisa com base nas narrativas de três mulheres, docentes aposentadas e viventes em Santa Fé do Araguaia, no Tocantins. Esses relatos só foram identificados mediante o estabelecimento da relação dialógica, ou, nas palavras de Alessandro Portelli (2016), da “arte de escuta”.

Para tanto, ao definir a História Oral como ponto de partida para o entendimento de uma dada realidade com base nos acontecimentos que foram marcantes na vida dessas mulheres, é preciso que o pesquisador tenha em mente que essa troca de interesses em comum exige uma série de procedimentos, nos quais devemos considerar como sutilezas metodológicas. Verena Alberti (2006, p. 171) ajuda a definir alguns desses passos, a saber: a elaboração prévia do roteiro de entrevistas; a definição da proposta de pesquisa; a combinação de horário de realização com o(s) sujeito(s) que se pretende(m) ouvir; a realização do diálogo propriamente dito; o manejo com os arquivos de gravação; a transcrição das entrevistas; a conferência da conversação.

Por fim, os historiadores voltam-se para a análise das fontes primárias, aos quais os investigadores têm em mãos, levando em consideração a atribuição de conceitos primordiais para que a explicação seja validada, pois, de acordo com Stuart Hall (2016, p. 34), é “a conexão entre conceitos e linguagem que permite nos referirmos ao mundo ‘real’ dos objetos, sujeitos ou acontecimentos, ou ao mundo imaginário de objetos, sujeitos e acontecimentos fictícios”.

As fontes primárias, a partir daí, viabilizam o “mergulho” no passado recente e nas memórias dos acontecimentos que foram ressignificados e que vieram à tona nas narrativas do(s) interlocutor(es). Assim sendo, é bom afirmar que a construção da História por intermédio da História Oral se efetiva na relação entre as memórias individuais e os sentidos que minam as narrativas.

De todo modo, para Portelli (2016, p. 18), as fontes primárias oriundas da oralidade “não recordam passivamente os fatos [do passado], mas elaboram a partir deles e criam significados através do trabalho de memória e do filtro da linguagem”. Diante dessa prerrogativa do autor, cabe ao historiador apresentar as suas interpretações com base na sua ótica, subjetividade e nas interações das narrativas e dos acontecimentos apresentados.

A partir do aporte das narrativas dessas mulheres e da leitura bibliografia a respeito das abordagens a serem evidenciadas, foi possível estabelecer um diálogo que visasse não somente



enaltecer as histórias e trajetórias de vida, mas também problematizar questões como a reprodução do sistema de desigualdades de gênero, que estão arraigadas de simbolismos e práticas culturais que privilegiam sobremaneira a figura masculina, e torna o feminino como algo inferior, submisso e potencialmente baseada na subserviência aos homens.

Sanções ao que é feminino: a condição feminina narrada por docentes aposentadas

É nítido que alguns valores da violência simbólica e da dominação masculina, conforme preconiza Pierre Bourdieu (2003), ainda são recorrentes, e que compunham demasiados grupos sociais. Isso está presente em manifestações sociais, nas mídias, na instituição familiar, nos sistemas educacionais e religiosos. Esses fenômenos são incorporados pelos sujeitos e reproduzido por meio das práticas sociais. À princípio, esse forte simbolismo está intimamente relacionado aos resquícios de um passado opressor e violento, no qual têm as relações de poder como forma de sustentação de uma cultura hegemônica, que é respaldada no entendimento da violência por meio do imaginário de superioridade dos homens perante as mulheres como uma clara consistência desse “sistema de estratégias de reprodução”.

Na sociabilidade humana, a necessidade de inferiorização e sanções ao corpo feminino sempre passou a ser um projeto de poder. De todo modo, ao longo do tempo, algumas maneiras de enxergar essas questões ganharam novas dimensões. O masculino tornou-se mais racional, à medida que, desde o século XIX, têm assistido a incessantes transformações no que tange os direitos humanos, a cidadania e a autonomia do feminino. Contudo, bem sabemos que o fenômeno social da dominação masculina ainda apresenta suas forças, como se fosse alimentada, por assim dizer, pela perspectiva da “eternização das estruturas da divisão sexual”.

Esses termos utilizados por Bourdieu (2003) justapõe a necessidade de elucidarmos e problematizarmos os incessantes valores reproduzidos pelas comunidades a respeito da História das mulheres no Brasil, bem como a História da sexualidade, levando em consideração também as querelas sobre as relações de poder ao gênero feminino, uma vez que historicamente, evocou-se processos de exclusão e silenciamentos. Através das contribuições de Bourdieu (2003) e de demais autores, buscaremos recontar as ressignificações de alguns pormenores da condição feminina com base no lugar de fala de três mulheres comuns, migrantes, professoras aposentadas e viventes numa região periférica do País.

Antes de nos aprofundarmos nessas reflexões sobre suas histórias de vida, podemos evidenciar alguns percalços narradas em suas trajetórias socioespaciais. As professoras enfrentaram uma série de dificuldades encontradas diante de suas trajetórias de vidas. Todas as narrativas apontam para a ideia das “grandes dificuldades”: uma narrativa unânime refere-se sobretudo, aos poucos recursos financeiros de suas famílias; fato este que por si só ponderava uma série de limitações em seus modos de vida, como o precário acesso à escola – devido às longas distâncias que tinham que percorrer até as instituições de ensino –, a falta de institucionalização nos ensinos públicos, gratuitos e de qualidade, nos níveis de ensino básico e superior. A ausência, em um caso específico, dos pais, tios e avós que assumiram o compromisso de suas criações durante a juventude.

A primeira história, contada pela professora Maria do Rosário (2019), inicialmente evoca alguns acontecimentos marcantes da infância, tais como a realidade vivida ao morar no sertão, a dificuldade incessante em frequentar os primeiros anos no sistema educacional, pois tinha que se deslocar aproximadamente 18 léguas para ter acesso à escola: *“a gente saía de casa cedo da madrugada, às vezes ia até de a pé ou ia a cavalo. Olha, eu cheguei lá cedo [...] via aqueles alunos indo para a escola, tudo uniformizado, seu livro debaixo do braço, aquilo para mim era a coisa mais linda do mundo”*. Só que Maria do Rosário (2019) tinha que trabalhar, pois segundo a visão de seu pai, estudar não traria resultados satisfatórios a curto prazo. Ela o caracteriza como uma pessoa bastante rígida.

Meu pai não teve aquele interesse dele de botar nós para estudar. Depois é que fomos sofrer no meio do mundo para estudar, eu e minhas outras irmãs, porque os meus irmãos homens foram os primeirinhos que já tinham saído de casa [...] Ele dizia que nós tínhamos que ir para a roça, que de lá é que vinha o que comer. (Entrevista concedida por Maria do Rosário Carvalho Eduardo no dia 05 de maio de 2019)

No relato acima, podemos perceber que os irmãos de Carvalho Eduardo tiveram uma maior autonomia perante suas irmãs, pois é mencionado que os “filhos homens” tiveram acesso aos estudos e depois “já tinham saído de casa”. As “filhas mulheres”, termo popular dessa região, tiveram que permanecer em casa para auxiliar no labor da roça, nos afazeres domésticos. Essas práticas naturalizadas à figura feminina eram impostas desde a infância, e em alguns casos, também implicam numa maior incidência de mulheres, que não conseguiam frequentar alguns espaços sociais e institucionais, como, por exemplo, a escola. Diante do exposto, Maicon Holanda (2019) evidencia que essas relações arraigadas de muita distinção social explicaria o fenômeno de que mulheres

dificilmente poderiam alcançar as melhores condições de vida, de trabalho, o seu salário, na condição de um suposto casamento, era apenas uma complementação do salário de uma figura do sexo masculino, que tinha autoridade e poder sobre as mulheres. De fato, a condição feminina deve ter sido bastante difícil nesta época, sobretudo no interior do Brasil. (Holanda, 2019, p. 51)

Carla Pinsky (2011), ao retratar as *Mulheres nos Anos Dourados* expressa o argumento de que ainda no século XX existia uma pujante cultura paternalista, apesar das constantes lutas dos movimentos de mulheres no Brasil. Permanece uma cultura política e grotesca dicotomia na relação entre masculino e feminino, uma vez que

as mulheres nascem para ser donas de casa, esposas e mães [...] e que a felicidade conjugal depende fundamentalmente dos esforços femininos para manter a família unida e o marido satisfeito [...] as distinções entre os papéis femininos e masculinos, entretanto, continuaram nítidas; a moral sexual diferenciada permanecia forte e o trabalho da mulher, ainda que cada vez mais comum, era cercado de preconceitos e visto como subsidiário ao trabalho do homem, o “chefe da casa”. (Pinsky, 2001, p. 608)

A divisão sexual, de fato, poderia ser uma constante não só das interlocutoras desta pesquisa, como também na vida das demais mulheres viventes nesta região interiorana do Brasil. As memórias dessas mulheres evidenciam histórias de vidas marcadas pelas dificuldades socioeconômicas, de acesso à educação de qualidade, ao lazer e de melhores condições de trabalhos formais, pois apesar das continuidades do imaginário coletivo da mulher ser voltada para a domesticidade, ou quando muito, para a docência.

Inferimos que todas essas realidades socioculturais e econômicas ajustaram ainda mais as disparidades das problemáticas quanto ao gênero. Os estudos, para essas professoras narradoras, desde outrora, era visto como o rompimento dessa estrutura vigente presenciada no passado recente. É o caso da professora Wilma (2019), que ao relembrar as dificuldades que passou durante muito tempo em sua vida, reitera que o apoio de sua mãe foi fundamental para que ela pudesse melhorar suas condições e ser reconhecida socialmente como professora aposentada, ao ter concluído com êxito os 30 anos de ofício em sala de aula. Ela relembra:

Vivíamos numa situação muito humilde, era precária, a gente não tinha dinheiro de jeito nenhum. Meu pai era garimpeiro e ficava muito tempo fora, e aí as dificuldades era muito grande para a gente estudar, minha mãe lutou bastante para a gente estudar [...] as dificuldades até de conseguir uniforme, no início a gente morava perto da escola, então não tinha esse problema de acesso, mas a gente não tinha dinheiro nem para uniforme e, às vezes a gente ia para a escola e não tinha o lanche, era difícilimo. (Entrevista concedida por Wilma Sousa Santos no dia 06 de maio de 2019)



No plano de vida profissional, a profissão de professora foi encarada como um desafio profissional na vida das entrevistadas. Todas relatam que, inicialmente, não queriam exercer profissão, uma vez que não haviam imaginado aquilo para suas vidas, mas que as circunstâncias da realidade que as cercavam às fizeram ter que aproveitar as primeiras oportunidades para lecionar e exercerem a formação para a docência.

Esses dilemas ocorridos em suas vidas as fizeram “*ter mais força*” para que as mulheres alcançassem uma gradativa ascensão e reconhecimento social em suas vidas. A docência, iniciada no início dos anos de 1960, é o reflexo desse reconhecimento social, uma vez que tornar-se professoras, naquele contexto, era visto como uma profissão essencial na vida de crianças, adolescentes, pais de alunos e a comunidade em geral. Ser professoras, para as três entrevistadas, era visto como uma oportunidade de ascensão em suas condições de vida, mesmo que a mesma profissão não tivesse sido idealizada *a priori*.

[...] Quando eu cheguei para cá já com esse estudo e tinha vontade de estudar mais, mas no momento a condição não tinha jeito. Hoje o segundo grau já é gratuito, mas naquela época não era não. Então, como eu cheguei para cá e vi a necessidade das famílias, principalmente da minha, e aí eu me dediquei. Eu não era vocacionada, eu não era vocacionada para sala de aula, eu aprendi a gostar, sabe como é que tem isso? A opção que eu queria era outra coisa, a minha opção era comprar e vender estoque ou ser enfermeira. Olha o meu sonho! Era essas duas coisas, e não alcancei nenhuma porque vim logo para um lugar bem atrasado [...] (Entrevista concedida por Maria do Rosário Carvalho Eduardo no dia 05 de maio de 2019).

Como percebemos, a interlocutora narra que sequer imaginaria à docência como uma profissão a ser desenvolvida durante suas trajetórias. Com o passar dos anos, à docência se tornará um símbolo de mudanças de vida, tanto das interlocutoras, quanto na vida dos alunados. Seus modos de viver, sentir e enxergar o mundo continuariam da mesma forma como na infância, porém, suas vidas estariam compostas, a partir do ideal da profissão docente no ensino público, com uma maior esperança e alegria.

A docência, mesmo diante de tantos percalços na vida das interlocutoras, aos poucos tornou-se oportunidades para crescerem profissionalmente e pessoalmente, visto que na região de Santa Fé do Araguaia, na época do Antigo Norte Goiano, a falta de acesso à educação e formação de qualidade, as altas taxas de desemprego foram fatores que consequentemente culminaram numa sociedade marcada pela pobreza e pela violência na região que compreende os vales dos Rios Araguaia e Tocantins.

Quando perguntadas se nas escolas em que trabalharam durante suas carreiras docentes existiram mais profissionais homens ou mulheres, a percepção que as interlocutoras têm é de



que mulheres sempre foram a maioria do corpo docente das instituições. Sobre isso, a professora Romana (2019) salienta que *“sempre foi mais mulheres, mas eu não via diferença, porque para mim tanto fazia o homem como uma mulher, porque para mim tudo é professor, é pronto. Então era a coisa mais normal”* (Entrevista concedida por Romana Silva Sousa no dia 05 de maio de 2019).

A professora Wilma (2019) ratifica a evidência de Romana (2019) ao recordar um acontecimento incomum no cotidiano docente. Para ela, as mulheres sempre compunham a maioria do corpo docente nos ambientes escolares em que trabalhou. Ela diz:

Mulheres, sempre! Mas eu me dava bem com os poucos homens que tinham (risos). Eu lembro muito bem de quando nós fomos fazer uma excursão, nós fomos pra Salinas [...] homens eu acho que tinha uns três a quatro. Isso era uma viagem dos professores (Entrevista concedida por Wilma Sousa Santos no dia 06 de maio de 2019).

Destarte, percebemos que as narrativas das professoras refletem muito sobre a condição feminina, num sentido que traz à tona o ideal da feminização docente, fenômeno observado não somente nessa região, mas em todo o território brasileiro e em diversas partes do mundo. O simbolismo que a feminização docente carrega é justamente a naturalização da ideia de que as mulheres possuem um dom, rechaçada na questão das religiosidades e baseada exclusivamente na interpretação de que Deus ofereceu a todas as mulheres uma dádiva divina ou *“talento”* para a maternidade.

Holanda (2019, p. 77-78) corrobora sustentando a tese de que existem várias passagens do texto bíblico cristão que solidificam esses ideais de que *“dom é algo ofertado por Deus, algo muito além da vontade ou da escolha humana, pois o dom é algo “que se recebe por ordem da instância do divino, que a distribui entre os homens”* (Holanda, 2019, p. 78).

A meritocracia ou *“ideologia do dom”* justifica a apropriação legítima da reprodução social levada a cabo pelo trabalho pedagógico secundário. Portanto, o arbítrio cultural exercido sobre determinados grupos ou classes irá privar os seus membros dos benefícios materiais e simbólicos de uma educação completa. É claro que, a mobilidade controlada de um número controlado de indivíduos poderá servir para perpetuar a estrutura das relações de classe. (Bourdieu; Passeron, 2009, p. 12)

De acordo com o pensamento de Bourdieu e Passeron (2009), aliada ao pensamento de Holanda (2019), a condição feminina passou historicamente por um processo de naturalização das desigualdades, subordinação e outras violências complexas. Desde a antiguidade, as mulheres são vistas como seres com predisposição a serem mais carinhosas, pacientes, dedicadas e amorosas que os homens, uma vez que logicamente elas têm o dom que é herdado



da instância do divino. Essa inculcação representa a ideia de que as mulheres nasceram para o cuidado do lar, do marido e dos filhos. Bourdieu explica isso ao tratar da “construção social dos corpos”.

A divisão entre os sexos parece estar “na ordem das coisas”, como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado de coisas (na casa, por exemplo, cujas partes são todas “sexuadas”), em todo o mundo social e, estando incorporado, nos corpos e no *habitus* dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação. (Bourdieu, 2003, p. 17)

Outrossim, o feminino também seria o grupo de pessoas que naturalmente conseguiriam melhor lidar com o cotidiano do professorado, uma vez que elas poderiam melhor gerir uma sala de aula, estabelecendo uma suave relação entre professor-aluno, haja vista que as mulheres possuem o instinto materno. Esses pressupostos estão presentes em algumas falas das interlocutoras, como neste trecho da narrativa de Maria do Rosário (2019):

Como eu tinha vocação para enfermagem, olha para mim aquele cheiro de hospital é uma coisa agradável demais, que coisa; cuidar, cuidar de uma pessoa doente, nossa! [...], mas eu fui vocacionada para ser professora, porque se não for vocacionada não entra no assunto, que você tanto se dá mal, como você faz os alunos infeliz também, você faz um trabalho ruim. Eu é porque de início houve a necessidade e logo eu aprendi a gostar, eu não era vocacionada, depois eu aprendi a gostar, porque tem o vocacionado e aquele que aprende a gostar, eu aprendi a gostar, amei muito o meu trabalho (Entrevista concedida por Maria do Rosário Carvalho Eduardo no dia 05 de maio de 2019).

A vocação da professora, isto é, o seu instinto natural e divino, considerado também como o dom, sempre foi ser enfermeira. Contudo, nas narrativas das interlocutoras, todas tornaram-se professoras, mesmo não vislumbrando inicialmente essa profissão em sua vida. A narrativa que persiste é a de que aprenderam a “gostar e amar o ofício”, pois para essas mulheres, toda profissão precisa ser encarada com amor, ternura e carinho, características “naturalmente” femininas, como o “instinto materno, pureza, resignação e doçura” (Pinsky, 2011, p. 609).

Ainda nestas questões e levado a necessidade de problematização acerca da cultura paternalista, recorro a um relato de Maria do Rosário (2019), que evidencia um imaginário comum da época de sua maturidade intelectual. Ela narra:

Naquela época as pessoas tinham muito essa história: “mulher não precisa estudar não, porque mulher só precisa cuidar de casa, cuidar do marido, e não precisa não porque só vai escrever cartas para os homens”. Olha, olha a ignorância! Aprender para se corresponder com os homens. (Entrevista concedida por Maria do Rosário Carvalho Eduardo no dia 05 de maio de 2019)



Esse discurso reproduzido está interligado à relação de poder e está relacionada ao teor da reprodução aos estereótipos ligados à masculinidade, assim como na materialização dos corpos, pois o discurso é visto como algo que performatizam as dinâmicas sociais entre os grupos, e desprivilegia a figura feminina. Judith Butler (2013) ajuda a entender que essa relação descrita pela professora se efetiva pela noção da construção da simbologia do sexo por meio de um domínio de gênero. Os moldes dessa cultura paternalista que é, sobretudo, perpassada pelas linguagens e/ou discursos.

Se o gênero ou o sexo são fixos ou livres, é função de um discurso que, como se irá sugerir, busca estabelecer certos limites à análise [...] [que] se estabelecem sempre nos termos de um discurso cultural hegemônico, baseado em estruturas binárias que se apresentam como a linguagem da racionalidade universal. Assim, a coerção é introduzida naquilo que a linguagem constitui como o domínio imaginável do gênero (Butler, 2013, p. 27-28).

Assim como pontua Hall (2016), na *Cultura e Representação*, os discursos são legitimados através dos sentidos e das práticas culturais. Os sujeitos sociais, incessantemente, tentaram “moldar” as formas de como somos e de sentirmos o mundo, visando sempre “construir uma cultura de sentidos compartilhada e, então, criar um mundo social que habitamos juntos” (Hall, 2016, p. 36).

Sob essas considerações de Butler (2013) e apoiados nas ressalvas de Hall (2016), entendemos que o processo de dominação pode ser caracterizado como algo que é dinâmico, cíclico e que está incessantemente apoiada nas relações de poder como forma de representar a dureza e a consolidação que é a hegemonia patriarcalista diante das feminilidades.

Considerações finais

O objetivo deste trabalho foi evidenciar, mediante as histórias de vida de três docentes do município de Santa Fé do Araguaia, como elas resgatam as memórias da cotidianidade nos planos de vida pessoal e profissional, levando em consideração os flagelos e reminiscências da sociedade patriarcal, demasiadamente machista e misóginas, evidenciadas nas narrativas do passado recente e que são observadas como uma constante no tecido social.



Como se pode notar nas narrativas dessas docentes, os caminhos trilhados pelas mesmas e a própria construção de suas identidades docentes foram marcados por diversos entraves, como a questão da pobreza de seus núcleos familiares, a falta de estruturas e de apoio para frequentarem assiduamente à escola, empecilhos que em suma, estão ligados à questões socioeconômicas.

As motivações para a docência, por sua vez, se revelaram em duas linhas de pensamento: uma relacionada a ideia do intrínseco (do dom, da vocação inata) e a ideia do extrínseco, em que a profissão docente é influenciada justamente pelas condições socioeconômicas, pois ao pertencerem a uns grupos sociais de baixa renda, o imaginário que prevalece é a de que o trabalho é mais importante que o estudo.

As narrativas orais das professoras também revelam o universo da condição feminina nas territorialidades interioranas do Brasil, sobretudo nesta região de Santa Fé do Araguaia, a partir da década de 1960, à medida que as narrativas trazem à tona a forma como os “papéis sociais” são delimitados, bem como seus discursos e as demais práticas culturais cotidianas. Inferimos que esses preceitos, que fazem parte da cultura patriarcal, hegemônica e estrutural, acabam por dificultar ainda mais a trajetória nos planos de vida profissional e pessoal dessas mulheres.

Fontes primárias

Maria do Rosário Carvalho Eduardo [66 anos]. **Entrevista oral** [gravada e transcrita]. Entrevistador: Maicon Douglas Holanda. Santa Fé do Araguaia, TO, 05 de maio de 2019. 1 CD ROM sonoro.

Wilma Sousa Santos [68 anos]. **Entrevista oral** [gravada e transcrita]. Entrevistador: Maicon Douglas Holanda. Santa Fé do Araguaia, TO, 06 de maio de 2019. 1 CD-ROM sonoro.

Romana Silva Sousa [61 anos]. **Entrevista oral** [gravada e transcrita]. Entrevistador: Maicon Douglas Holanda. Santa Fé do Araguaia, TO, 05 de maio de 2019. 1 CD-ROM sonoro.

Referências

ALBERTI, Verena. *Fontes Orais: Histórias dentro da história*. In: PINSKY, Carla Bassanezi



(org.). Fontes Históricas. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 155-202.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 5 ed. 2013.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Trad. Maria Helena Kühner. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003

_____; PASSERON, Jean-Claude. *A reprodução: elementos para uma teoria de sistema de ensino*. 2ªed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

HALL, Stuart. Cultura e representação. Rio de Janeiro: PUC-Rio: Apicuri, 2016.

HOLANDA, Maicon Douglas. *(Des)caminhos da docência: reconstruindo as histórias de vida de professoras de Santa Fé do Araguaia - TO*. Orientadora: Martha Victor Vieira. 2019. 100 f. Monografia (Licenciatura em História) - Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, TO, 2019.

NOVAIS, Fernando; SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. v. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

PINHEIRO, Tata. *As principais conquistas das mulheres na História*. Nova Escola, 2019.

Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/16047/as-principais-conquistas-das-mulheres-na-historia>>. Acesso em: 30 de jul. de 2024.

PINSKY, Carla Bassanezi. *Mulheres dos Anos Dourados*. In: História das mulheres no Brasil. 10ª ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 607-639.

PORTELLI, Alessandro. *História oral como a arte da escuta*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.